

ATA N.º 3/2026

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA
EM 23 DE JUNHO DE 2026**

Aos vinte e três dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, pelas nove horas e trinta minutos, no Edifício da Junta de Freguesia de Ervedosa do Douro, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória do seu Presidente, datada de quinze de junho do ano corrente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 - Apreciação da Atividade Municipal;

Ponto 2 - Análise, discussão e votação da Proposta de Recomendação para adesão à Associação Nacional de Assembleias Municipais.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa de Assembleia, Eduardo Frederico, endereçando uma saudação institucional ao Senhor Presidente do Executivo, aos membros da Assembleia Municipal, aos funcionários que apoiam a Sessão da Assembleia e ao público presente.

Seguidamente, o Senhor Presidente expressou um agradecimento público às gentes de Ervedosa pela receção proporcionada, formulando um agradecimento particular ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Manuel Jorge, pela disponibilidade e pelo permanente empenho demonstrado em prol do desenvolvimento desta vila do concelho de São João da Pesqueira.

Mais registou e anunciou que, no final da sessão, teria lugar um momento de convívio, formulando um convite a todos os presentes para permanecerem no local.

De seguida passou a palavra ao Sr. Manuel Jorge para dirigir umas palavras de boas-vindas.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa do Douro, o qual iniciou a sua intervenção cumprimentando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores Secretários, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta e o público presente.

Expressou enorme satisfação por acolher a sessão da Assembleia Municipal na sua Freguesia, sublinhando que a realização da reunião representa uma importante aproximação dos órgãos municipais às populações e ao território. Agradeceu ao Sr.

Nuku
Bato
#

Presidente da Câmara e ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal a decisão de realizar a sessão em Ervedosa do Douro, o que confere maior visibilidade à Freguesia e às suas gentes, formulando votos de um trabalho produtivo, pautado pelo diálogo e respeito institucional.

Salientou os graves prejuízos provocados pelas recentes trovoadas em dezenas de viticultores da Freguesia. Solicitou ao Sr. Presidente da Câmara a continuidade das diligências conducentes à atribuição de apoios que minimizem as perdas sofridas, manifestando total disponibilidade da Junta de Freguesia para colaborar ativamente no processo, nomeadamente através do apoio na inscrição dos agricultores afetados, recolha de cadernetas prediais, registo fotográfico das áreas atingidas e quantificação da percentagem de danos.

Apontou como motivo de grave preocupação o problema recorrente das águas pluviais. Explicou que, em situação de trovoadas, as escorrências provenientes dos bairros de Santa Cruz e Miscarral confluem para a Rua da Praça, originando inundações que afetam diversos estabelecimentos comerciais, tratando-se de uma ocorrência anual que carece de intervenção definitiva.

Solicitou que, no âmbito das empreitadas de obras rodoviárias atualmente em curso, seja acautelada a resolução definitiva da infraestrutura de águas pluviais.

Alertou ainda para a gravidade da situação de escoamento de águas pluviais na Rua da Portela.

Referiu que, em períodos de precipitação intensa, as águas descem sem controlo, colocando em risco as habitações circundantes e desaguando de forma descontrolada junto ao Largo do Ribeiro, exigindo uma intervenção urgente no local.

Sugeriu a instalação de tubagem subterrânea dedicada às telecomunicações, argumentando que a colocação de novos postes e cabos aéreos cria um impacto visual negativo, sendo premente deixar a infraestrutura preparada para o futuro.

Apresentou a proposta de construção de um passeio pedonal no troço compreendido entre a Praça Vinho do Porto e o Café Caçador.

Justificou a urgência com a falta de segurança para os peões, que, aquando do cruzamento de veículos (especialmente veículos pesados), se vêm sem espaço para circular, sendo forçados a refugiar-se nas valetas.

Manifestou profunda tristeza e discordância face à decisão de transferir a tradicional Festa das Escolas da Freguesia para a Sede do Concelho.

Relativamente à proposta apresentada para realizar a festa na Pesqueira, com almoço em Ervedosa do Douro, declarou que a Junta de Freguesia não participará nesse figurino, sustentando que, caso a festa seja descentralizada para a Pesqueira, a mesma deverá decorrer aí integralmente.

Esclareceu que esta tomada de posição não significa qualquer rotura ou desinvestimento no apoio à comunidade escolar, garantindo que a Junta continuará a assumir os encargos e a apoiar outras iniciativas tradicionais, nomeadamente as festas de São Martinho, Natal, Páscoa, a Caminhada da Família e a Festa de Final de Ano.

Apelou a que a decisão relativa à Festa das Escolas possa ser reavaliada e revista pelas entidades competentes.

Por fim, agradeceu uma vez mais a presença de todos na sua localidade.

Tomou a palavra de novo o Sr. Presidente da Mesa de Assembleia, que informou os presentes de que, em virtude da presença de público, o período reservado à intervenção dos munícipes decorrerá na parte final da sessão. Para o efeito, os interessados deverão preencher a respetiva ficha de inscrição disponibilizada.

Procedeu-se, então, à chamada pelo Secretário, Daniel Bento, que endereçou os cumprimentos a todos os presentes. Verificaram-se as ausências dos Deputados, Otilia Carvalho e Eduardo Coelho. Mais se informou que as faltas relativas à sessão de 30 de abril foram consideradas justificadas.

Dando continuidade aos trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa de Assembleia perguntou se existiam inscrições por parte dos representantes nas comissões dos Conselhos Municipais que desejassem comunicar a sua participação em reuniões.

Foram inscritos os deputados, Frederico Selores e Sofia Bastos, com os temas da Reunião de Assembleia da CIM DOURO e Criação de Equipa de Defesa do Douro.

O Deputado Frederico Selores, tomou da palavra, em seu nome e do Sr. Deputado Teófilo Anjos, tendo dado conhecimento do curso da reunião da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal (CIM) do Douro em que ambos estiveram presentes.

No decurso da sua intervenção, referiu que, embora alguns deputados tenham centrado as suas atenções em temáticas específicas dos respetivos municípios, considerando não ser este o fórum mais adequado para o efeito, o destaque principal da sessão vai para a apresentação, por parte do Município de São João da Pesqueira, de uma proposta conducente à criação de uma Comissão de Agricultura no seio da Assembleia Intermunicipal.

Sublinhando a elevada importância desta iniciativa, o Sr. Deputado esclareceu que a mesma não visa qualquer tipo de confronto institucional ou conflito no seio da CIM Douro, mas sim assegurar um foco acrescido sobre os dossiers que congregam o interesse transversal de todos os municípios da região.

Registou com agrado a receptividade e o bom acolhimento da proposta por parte de representantes de diferentes forças políticas, designadamente do PS e do PSD, o qual demonstra que, nestas matérias, o superior interesse do Douro prevalece sobre quaisquer divisões partidárias. Informou que o processo se encontra em desenvolvimento, reiterando o compromisso de tudo fazer para sensibilizar os restantes membros da Assembleia para a centralidade da agricultura e para o futuro da região duriense.

Apontou, ter havido espaço para a abordagem de questões atinentes a infraestruturas rodoviárias, reiterando, contudo, a convicção de que a discussão de tais matérias deverá decorrer noutros fóruns considerados mais adequados.

Concluiu a sua intervenção endereçando cumprimentos à mesa e a todos os presentes.

De seguida tomou a palavra a Senhora Deputada Sofia Bastos, em seu nome e em nome do Sr. Deputado Paulo Bito, a qual deu conta de que foi formalmente instalada a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, reunindo as entidades com responsabilidades na prevenção e combate a incêndios (Câmara Municipal, ICNF, GNR, Bombeiros, Proteção Civil, Gabinete Técnico Florestal e representantes das Freguesias).

Foi efetuada a apresentação do documento estratégico que define as linhas de atuação, medidas de prevenção e meios de resposta para a época de incêndios de 2026.

Após análise e apresentação de contributos por parte dos representantes da Assembleia, foi emitido um parecer globalmente favorável, enaltecendo:

- A articulação entre as diversas entidades envolvidas;
- A correta identificação dos meios disponíveis e a definição de setores de atuação;
- A existência de cartografia de apoio à decisão.

Recomendações apresentadas:

- Reforço da manutenção e limpeza da rede viária florestal;
- Garantia da operacionalidade dos pontos de água e bocas de incêndio;
- Implementação futura de ações de fogo controlado em áreas de mato como medida preventiva complementar.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including what appears to be "Bito" and "X".

Após discussão, o Plano Operacional Municipal foi aprovado por unanimidade, seguindo posteriormente para apreciação do ICNF, ficando vincado o reforço da articulação e do compromisso institucional na defesa da floresta e segurança do concelho.

Não havendo mais inscrições passou-se ao **Período de Antes da Ordem do Dia**.

Colocou-se à consideração da Assembleia a dispensa da leitura da Ata n.º 1/2026, de 27 de fevereiro.

Nada havendo em contrário, colocou-se a referida Ata à apreciação dos Membros da Assembleia para eventuais propostas de alteração/correção.

O Sr. Presidente da Mesa de Assembleia, abriu as inscrições para os Membros da Assembleia se poderem inscrever para apreciação da ata da última reunião realizada em 30 de abril.

Não havendo intervenções sobre a Ata n.º 2/2026, colocou-se a mesma à votação da Assembleia, a qual foi aprovada por unanimidade, com as abstenções do Sr. Presidente da Mesa de Assembleia, Eduardo Frederico e do Deputado João Carlos Cardoso, que não estiveram presentes na sessão anterior.

O Sr. Presidente da Mesa de Assembleia deu conta da correspondência recebida, a qual ficou arquivada na correspondente pasta para quem a quiser consultar:

- Ciclo de Conferências ANAM sobre "A Arquitetura do Poder Local", as quais tiveram lugar nos passados dias 14, 15 e 29 de Maio e 23 de Junho, respetivamente, nas Universidades da Beira Interior, de Évora, de Aveiro e dos Açores e no próximo dia 2 de Julho na Universidade da Madeira;
- Comunicação do Presidente da ANAM sobre a primeira "Reunião do Grupo de Trabalho para a Revisão da Lei das Finanças Locais";
- Ofício da AEDREL sobre a realização de seminário relativo aos "Regimentos das Assembleias Municipais e das Assembleias de Freguesia";
- Ofício da ANAM sobre as "III Jornadas Municipais Lusófonas" cujo tema central foi "O Poder Local e os Desafios das Alterações Climáticas" realizado em parceria com a Universidade de Coimbra.

O Sr. Presidente da Mesa de Assembleia abriu as inscrições para os membros da Assembleia que pretendam intervir sobre assuntos de interesse para o Município.

Foram inscritos José Fernando dos Santos, Marcolina Sequeira, Paulo Bito, João Carlos Cardoso, Rafael Helena, César Elias, Teófilo dos Anjos, Filipe Pina, António Balça e Frederico Selores.

Tomou a Palavra o Sr. Deputado José Fernando que iniciou a sua intervenção cumprimentando a Mesa da Assembleia, o Executivo, no nome do Sr. Presidente, Deputados, Presidentes de Junta e público presente, começou por manifestar a sua solidariedade institucional e pessoal para com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa do Douro.

A este propósito, sublinhou que a retirada de iniciativas e eventos das freguesias representa uma perda assinalável para quem nelas reside. Acrescentou que as freguesias enfrentam já diversas dificuldades no seu quotidiano e que a supressão destas tradições e atividades resulta numa diminuição do dinamismo local, concluindo assim a sua intervenção.

Tomou a palavra a Sr.^a Deputada, Marcolina Sequeira, para prestar esclarecimentos relativos à Festa das Escolas, mencionada anteriormente pelo Presidente da Junta Sr. Manuel Jorge. Referiu que a proposta de realizar a festa de final do ano letivo de forma conjunta, concretamente em São João da Pesqueira, resultou de decisão por unanimidade dos docentes do 1.º Ciclo.

Sublinhou que esta decisão conjunta não obsta à realização de iniciativas próprias nas respetivas freguesias, representando apenas uma atividade adicional de união. A precisão foi registada com o intuito de evitar interpretações incorretas, manifestando ainda a expectativa de que no futuro se encontrem soluções para salvaguardar a tradição local em cada Freguesia.

Felicitou o Executivo Municipal pela iniciativa desenvolvida no âmbito do projeto *Radar Social*. Classificou a atividade como um sucesso pelo impacto positivo no bem-estar e convívio da população idosa. Destacou, igualmente, o papel destas ações no combate ao isolamento social, na promoção do envelhecimento ativo e na mitigação do declínio físico e cognitivo, visível na satisfação demonstrada pelos participantes. Concluiu a sua intervenção encorajando o Executivo a dar continuidade a projetos desta natureza.

Tomou a palavra o Deputado, Sr. João Carlos Cardoso, endereçando, a abrir, os devidos cumprimentos à Mesa, aos membros do Executivo Municipal, Presidentes de Junta, demais Deputados Municipais e público presente.

Começou por manifestar o seu agradecimento ao Executivo Municipal pela rapidez com que foi resolvido o problema na estrada que liga Várzea a São João da Pesqueira, que assegura a ligação entre a Sede do Concelho e a zona sul. Sublinhou que se trata de uma via estruturante e que a intervenção decorreu com assinalável celeridade, referindo,

contudo, que embora tivesse idealizado uma solução técnica diferente, nutre a expectativa de que a empreitada produza os resultados pretendidos.

Questionou o Executivo sobre o ponto de situação das obras em curso na Estrada Nacional 222 (EN 222), perguntando se os trabalhos decorrem dentro dos prazos calendarizados e se a execução material respeita integralmente o projeto aprovado.

Solicitou esclarecimentos adicionais relativamente ao estado atual do processo do futuro pavilhão desportivo e da requalificação do Mercado Municipal, sublinhando a importância estratégica de ambas as obras para o desenvolvimento socioeconómico do concelho.

Chamou a atenção para o estado de degradação da estrada de Valença do Douro que, embora integrada geograficamente no município vizinho de Tabuaço, é quotidiana e intensamente utilizada por munícipes de São João da Pesqueira. Neste âmbito, considerou prioritário o estabelecimento de um diálogo e intercâmbio de cooperação entre os dois municípios, com vista a articular uma solução conjunta para a beneficiação daquela via antes de um agravamento da situação.

Finalizou a sua intervenção reiterando os agradecimentos a todos os presentes.

Tomou a palavra o Deputado, Sr. Paulo Bito, iniciando a sua intervenção endereçando cumprimentos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, aos Senhores e Senhoras Vereadores, aos Presidentes de Junta, aos Deputados Municipais, aos funcionários do Município e ao público presente.

Congratulou o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa do Douro, Manuel Jorge, pela forma como acolheu a presente sessão da Assembleia Municipal.

Manifestou a disponibilidade da Junta de Freguesia de Vilarouco e Pereiros para receber uma futura sessão descentralizada da Assembleia Municipal, caso seja esse o entendimento do órgão municipal.

Destacou e elogiou o bom relacionamento institucional mantido com o Executivo Municipal, sublinhando que, perante os problemas surgidos na sua Freguesia, tem encontrado sempre abertura para o diálogo, disponibilidade e colaboração por parte do Sr. Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores.

Questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre o ponto de situação atual do projeto do IC26, cuja concretização, há vários anos anunciada, continua a revestir-se de importância vital para o desenvolvimento da região.

Aludiu a constrangimentos no setor dos transportes públicos, referindo que, apesar do acompanhamento exercido pelo Município junto da empresa concessionária, continuam a

registar-se situações de incumprimento integral dos percursos. Apontou como principal consequência o facto de vários passageiros, na sua maioria idosos em deslocações para consultas médicas ou aquisição de bens essenciais, serem apeados longe das paragens habituais, percorrendo longas distâncias a pé, por vezes com cargas pesadas. Apelou, a este respeito, para que o Município mantenha a máxima atenção e intervenção na resolução do problema.

Tomou a palavra o Deputado Rafael Helena, o qual iniciou a sua intervenção valorizando a realização da sessão da Assembleia Municipal numa Freguesia do Concelho, sublinhando que esta prática aproxima os órgãos autárquicos das populações, promove uma maior sintonia com a realidade local e reforça a democracia de proximidade.

Relativamente à recente queda de granizo que afetou várias freguesias do concelho de São João da Pesqueira, provocando danos significativos nos agricultores, em particular na cultura da vinha, da qual depende o rendimento de inúmeras famílias, o grupo municipal considerou fundamental obter esclarecimentos do Executivo Municipal sobre:

- As diligências em curso junto do Ministério da Agricultura e de outras entidades competentes;
- O estado atual do levantamento dos prejuízos sofridos;
- A eventual solicitação de apoios extraordinários para os produtores afetados, reafirmando que o Município deve assumir um papel ativo na defesa da agricultura local.

Foi apresentada uma sugestão com vista à melhoria das condições de trabalho na sala onde habitualmente reúne a Assembleia Municipal, propondo a colocação de pequenas mesas de apoio nas cadeiras, de modo a facilitar a tomada de notas por parte dos Deputados Municipais.

O Deputado referiu-se ainda à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa do Douro relativa à construção de um passeio entre a Praça Vinho do Porto e o Café Caçador, classificando-a como uma medida importante para a segurança dos peões. Apelou a que esta preocupação se estenda a outros troços da Freguesia desprovidos de passeios junto a habitações, o que obriga os moradores a circular na faixa de rodagem.

Por fim, foi solicitada informação detalhada sobre o ponto de situação e o andamento das obras em curso na Estrada Nacional 222 (EN 222), tendo em conta o impacto previsível na circulação face à proximidade da época das vindimas e ao acréscimo acentuado de tráfego rodoviário.

Tomou a palavra o Deputado, Sr. César Elias, que iniciou a sua intervenção dirigindo saudações a todos os presentes e colocou as seguintes questões ao Sr. Presidente da Câmara:

Foi instaurado, em 21 de maio de 2026, um processo disciplinar ao dirigente e trabalhador Nuno Miguel da Fonseca Amaral, tendo o mesmo sido notificado da respetiva instauração a 2 de junho de 2026. Contudo, apesar de se tratar de um procedimento que deve obrigatoriamente decorrer sob os efeitos especiais dos deveres de reserva e confidencialidade, a existência do referido processo é já do conhecimento generalizado de inúmeros cidadãos do concelho, circunstância que suscita legítimas preocupações quanto ao cumprimento dos deveres legais de sigilo.

Neste contexto, os Deputados Municipais do Partido Socialista solicitam ao Senhor Presidente os seguintes esclarecimentos:

1. Tem conhecimento de que a existência do processo disciplinar instaurado a Nuno Miguel da Fonseca Amaral é atualmente do conhecimento público de um elevado número de pessoas do concelho?
2. Que medidas foram adotadas pelo Executivo Municipal para assegurar o cumprimento do dever de sigilo e confidencialidade durante a tramitação deste processo?
3. Considera aceitável que um trabalhador seja alvo de comentários, rumores e julgamentos públicos antes de ser produzida qualquer decisão final e antes do exercício da sua legítima defesa?
4. Foi desencadeada alguma averiguação interna para apurar a eventual divulgação indevida de informação relativa a este processo?
5. Considera, Senhor Presidente, que a divulgação pública da existência de um processo disciplinar numa fase em que os factos ainda estão a ser apurados e o trabalhador exerce os seus direitos de defesa pode causar danos irreparáveis à sua honra, reputação profissional e imagem pessoal?
6. Entende o Senhor Presidente que foram integralmente cumpridos os deveres de reserva, imparcialidade e proteção dos direitos do trabalhador durante todo este processo?
7. Está o Executivo Municipal disponível para promover e apurar eventuais responsabilidades pela divulgação pública de informação que deveria permanecer reservada?

A bancada do Partido Socialista sustentou que a defesa do Estado de Direito, do princípio da presunção de inocência, bem como do direito ao bom nome, à reputação e à dignidade dos trabalhadores da Administração Pública, exige que qualquer procedimento disciplinar decorra com absoluto respeito pela legalidade e pela estrita confidencialidade processual.

Mais acrescentou o referido Grupo Municipal que considera inadmissível que alguém seja alvo de condenação pública prévia, antes de proferida qualquer decisão fundamentada por parte das entidades competentes.

Tomou a palavra o Deputado, Sr. Teófilo Anjos, que iniciou a sua intervenção endereçando cumprimentos ao Executivo, aos Presidentes de Junta, aos colegas deputados, ao público presente e aos funcionários do município, agradecendo, em especial, ao Sr. Presidente Manuel Jorge a receção prestada.

Manifestou total solidariedade com as declarações previamente proferidas pelo Presidente Manuel Jorge a respeito da festa da escola. Criticou o fosso existente entre o discurso oficial em torno da descentralização e a realidade prática observada, apontando que se assiste a uma tendência contínua de centralização de competências.

Chamou a atenção para a situação vivida pelos viticultores, salientando que a Freguesia de Ervedosa do Douro constituiu uma das zonas mais duramente afetadas pelas intempéries recentes. Manifestou a convicção de que a Junta de Freguesia e o Município já terão remetido o respetivo levantamento de prejuízos às entidades competentes, com vista à atribuição de apoios aos agricultores afetados, sublinhando que não custa nada tentar. Acrescentou, a este propósito, o descontentamento do setor perante a desvalorização do produto, a incerteza nos prazos e montantes de recebimento, a somar aos prejuízos decorrentes de fatores naturais.

Deixou um elogio público à equipa do *Radar Social* pela organização de um evento de grande dimensão no Cineteatro João Costa. Destacou o impacto positivo da iniciativa na mobilização da comunidade, abrangendo todas as faixas etárias, “dos 9 aos 100 anos”, o qual constitui um incentivo relevante para a dinamização e convívio local.

Reiterou uma preocupação já manifestada em reuniões anteriores da Assembleia relativa às deficiências na iluminação pública. Alertou para o agravamento e a recorrência das falhas de energia, referindo que tanto em situações de trovoadas como em episódios de vento moderado se registam constantes quebras no fornecimento de eletricidade, uma instabilidade que, segundo sublinhou, não se verificava com tal frequência no passado.

Referiu que, dado o elevado custo suportado pelos consumidores pelo serviço prestado, não são admissíveis a persistência de cortes sucessivos de energia e a danificação de

equipamentos particulares. Salientou que as reclamações apresentadas têm obtido apenas respostas inconclusivas por parte da operadora, sem resolução prática, questionando o ponto da situação das diligências encetadas pelo Município face a este constrangimento diário.

Abordou ainda os danos provocados pela tempestade Kristin no concelho, nomeadamente derrocadas, danos em muros de suporte e abatimentos em vias rodoviárias, considerando urgentes as reparações nas vias de ligação às localidades. Questionou o executivo sobre o ponto da situação do levantamento efetuado nas Freguesias e se o Município terá garantido apoio financeiro por parte do Estado, ou se assumirá a totalidade dos encargos associados.

Apelou ao Município e à Proteção Civil para que procedam a um levantamento rigoroso e à verificação do estado operacional de todas as bocas de incêndio do concelho, alertando para a proximidade da época de incêndios e de temperaturas elevadas, sublinhando que a prevenção constitui o melhor caminho, sendo inadmissível detetar falhas nestes equipamentos num momento de emergência.

Relativamente aos autocarros, salientou que, sendo a maioria dos utentes constituída por pessoas idosas, as elevadas temperaturas se fazem sentir com especial acuidade, neste sentido, colocou a hipótese de a empresa assumir uma de duas realidades: ou a totalidade da frota apresenta as mesmas características, exigindo-se uma explicação para tal, ou estão a ser afetados ao Concelho os veículos em piores condições.

Sublinhou, a este propósito, o investimento financeiro significativo que o Município realiza nos transportes públicos, destacando que poucos ou nenhuns municípios na região do Douro mantêm um esforço equivalente, assegurando o transporte coletivo inclusivamente no período de férias. Por conseguinte, defendeu que a empresa concessionária deveria demonstrar maior reciprocidade e atenção ao serviço prestado, em particular na época estival.

Ainda no decurso da sua intervenção, retomou um assunto já debatido em anteriores sessões da Assembleia Municipal relativo à instalação de desfibrilhadores no Concelho, dado o aumento de situações de morte súbita em que uma questão de minutos dita a diferença entre a vida e a morte, enfatizando a condição de Concelho do interior, cada vez mais afastado dos serviços de saúde essenciais e onde os meios de socorro, como ambulâncias ou meios aéreos, nem sempre conseguem acorrer a tempo.

Concluiu inquirindo sobre o ponto de situação desta matéria e manifestando a expectativa de que seja possível avançar com a instalação de desfibrilhadores no Concelho.

Valer
Douto
#

Tomou a palavra o Deputado, Sr. Filipe Pina, que iniciou a sua intervenção formulando cumprimentos institucionais ao Executivo Municipal, na pessoa do Sr. Presidente e dos respetivos Vereadores, bem como ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Secretários da Mesa.

Expressou agradecimento pela hospitalidade e disponibilidade demonstradas para a realização desta sessão da Assembleia Municipal na Freguesia de Ervedosa, sublinhando a relevância e a necessidade de acompanhar e valorizar a prática da descentralização das reuniões do órgão deliberativo. Estendeu, igualmente, os cumprimentos ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia, aos demais deputados municipais, ao público presente e aos funcionários da autarquia.

Passando a ponto específico da sua intervenção, o Sr. Deputado Municipal apresentou uma proposta no sentido de ser votada e consignada em ata uma nota de louvor ao Executivo Municipal, a propósito da atribuição, no passado dia 13 do corrente mês, do Galardão Nacional de Evento do Ano ao evento "Vindouro", no âmbito da Feira Nacional de Agricultura decorrida em Santarém.

No uso da palavra, sustentou que, sendo o Concelho de São João da Pesqueira parte de uma região historicamente votada ao abandono pelo Poder Central, cuja atenção atual, ainda que tardia, merece agradecimento, o município deve capitalizar estas distinções e certames. Defendeu que tais celebrações e prémios constituem instrumentos fundamentais para dar a conhecer a identidade e os fatores de distinção do Concelho, potenciando a projeção nacional alcançada.

Reafirmando com orgulho que o concelho integra, com todas as dificuldades inerentes, essa indústria a céu aberto que é a agricultura, apelou a que o galardão sirva de incentivo para a promoção do que de melhor se faz localmente e para a contínua melhoria da ação autárquica e económica.

Concluiu a sua intervenção submetendo a sugestão à consideração da Assembleia Municipal, para que, caso fosse julgado oportuno, a respetiva proposta de voto de louvor pudesse ser votada e integrada no registo da ata.

Finda a intervenção do Deputado Filipe Pina, o Sr. Presidente da Mesa de Assembleia referiu que considera oportuna a apresentação desta moção e, por isso, pediu que fosse elaborada uma proposta de moção para ser submetida à votação da Assembleia.

Handwritten notes:
Kaler
Depto
10

Prosseguindo as intervenções tomou a palavra o Sr. Deputado António Balça que começou por saudar todos os presentes em especial o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Manuel Jorge, congratulando-o pela iniciativa de trazer a reunião descentralizada na respetiva Freguesia.

Manifestou profunda solidariedade perante o momento de angústia vivido na comunidade local e pelos seus habitantes, na sequência da destruição de extensas áreas de vinha provocada por intempéries. Sublinhou que este cenário adverso agrava a conjuntura de crise económica que já afeta transversalmente toda a região do Douro, recordando o peso estratégico daquela que é a maior freguesia em área de vinha do concelho e a maior produtora de Vinho do Porto.

No que concerne à fileira vitivinícola, alinou com as vozes que defendem que a aguardente utilizada na beneficiação dos Vinhos do Porto deve ser produzida exclusivamente com uvas da região, tal como sucedia no passado, contestando os argumentos atuais que apontam para a sua inviabilidade. Encorajou o Presidente da Junta a persistir na defesa firme e audível dos interesses da região.

Abordou a anunciada cerimónia da CCDDR-Norte para distinguir os pioneiros que elevaram o Douro a Património Mundial, a realizar na Alfândega do Porto. A este respeito, expressou estranheza e o entendimento de que a referida homenagem deveria ter lugar no nosso próprio Concelho, tendo em conta a sua incontornável expressão e relevância histórica enquanto maior produtor de Vinho do Porto.

O papel central do agricultor duriense, apontando-o como o verdadeiro artífice e responsável pela construção da paisagem que valeu a distinção à Região do Douro, contrapondo o relevo destas homenagens com a necessidade de ações concretas de apoio.

Passando a focar-se no setor do azeite, assinalou a tendência atual no concelho de substituição de vinha por olival, alertando, contudo, para a carência de conhecimento técnico na produção de azeites de qualidade. Referiu ainda a opinião manifestada publicamente pelo chef Chakall, que destaca os azeites transmontanos, estendendo esse reconhecimento de excelência ao azeite produzido no Douro.

Apelou diretamente ao Sr. Presidente para impulsionar um processo que se encontra estagnado há mais de oito anos: a criação da Denominação de Origem Protegida (DOP) para o azeite duriense. Concluiu manifestando a determinação pessoal em avançar com o processo, reiterando a disponibilidade e o desejo de contar com a colaboração da presidência para a concretização do objetivo.

Considera tardia a aplicação da taxa turística aos navios-hotéis que operam no rio. A este respeito, deu como exemplo o município do Porto, onde é cobrada uma taxa de cinco euros por pessoa e por noite, lamentando que o concelho não arrecade uma fatia correspondente de receita para o desenvolvimento local.

No seguimento da sua intervenção, formulou votos de parabéns ao Sr. Presidente, destacando a distinção do evento *Vindouro* como Evento do Ano, a execução de obras relevantes para o concelho e a publicação de artigos de destaque sobre a região.

Ainda em jeito de balanço e antecipação, referiu-se às Festas de São João, manifestando expectativa de que o evento decorra com sucesso e sublinhando o salto qualitativo evidente nestas iniciativas. Concluiu a sua intervenção com agradecimentos à mesa e aos presentes.

Tomou da palavra o Sr. Deputado, Frederico Selores, que iniciou a sua intervenção por agradecer ao Sr. Presidente da Junta a hospitalidade e a receção prestada, destacando o simbolismo e o potencial estratégico do Vinho do Porto. Após reiterar os cumprimentos a todos os presentes, indicou que abordaria, de forma breve, três temas fundamentais, reservando o primeiro ponto para a análise da Região do Douro.

Sobre esta matéria, sublinhou que o Douro constitui um património coletivo que pertence a todos, sejam de grande, média ou pequena dimensão, apelando a uma união de esforços alargada. Salientou que os desafios e constrangimentos afetam transversalmente os diferentes agentes do setor e que a articulação conjunta é indispensável para alcançar soluções viáveis. Concluiu este ponto enfatizando a necessidade de superar as abordagens tradicionais e ineficazes perante problemas estruturais persistentes, defendendo a adoção de novas dinâmicas de resolução.

Sublinhou que existe um plano fundamental no qual deve imperar o consenso absoluto, o trabalho conjunto e o compromisso de todos os agentes em assumirem-se como embaixadores do Douro. Apelou à promoção ativa da região e dos seus produtos de excelência em quaisquer fóruns ou contextos particulares, salientando ser esse o caminho indispensável para o fortalecimento do território duriense.

Ainda no decurso da sua intervenção, endereçou um público elogio ao evento *Vindouro*, recordando a reunião estratégica preparatória e o acolhimento das propostas então apresentadas. Destacou o recente galardão que distingue a *Vindouro* como o melhor evento do Douro, enfatizando que tal reconhecimento, a par do orgulho legítimo, acentua a responsabilidade coletiva na salvaguarda da qualidade.

Neste âmbito, sustentou que a prioridade máxima reside na promoção exclusiva de vinhos com certificação oficial. Afirmou convictamente que, não obstante a eventual origem duriense das uvas ou a identificação institucional pelo IVV (Instituto da Vinha e do Vinho) em soluções como o bag-in-box, a designação e a identidade de "Vinho do Douro" apenas se concretizam mediante a respetiva certificação formal. Concluiu reafirmando o seu respeito por eventuais entendimentos divergentes sobre a matéria.

Relativamente às provas de vinho realizadas no interior da feira, reafirmou que as mesmas incidem exclusivamente sobre vinhos certificados. A este propósito, manifestou a convicção pessoal, reconhecendo a dificuldade prática da sua implementação, de que estas provas deveriam ser de alguma forma onerosas para os participantes, mantendo-se atualmente o acesso livre a provas de vinhos certificados por parte do público.

No que concerne ao manifesto, congratulou-se com a recetividade e implementação desta medida, cuja conclusão está prevista para o final de outubro, assinalando crer que a mesma já se encontra consagrada na lei, matéria que o Sr. Presidente confirmará. Defendeu, de igual modo, que a assinatura do manifesto deve ser da exclusiva responsabilidade do agricultor e não da adega, assegurando assim a responsabilização direta do produtor e a veracidade do processo.

Por fim, apelou à transparência na comunicação com o setor agrícola, salientando que a dificuldade atual não reside num excesso de produção, mas sim num excesso de vinho, constituindo realidades distintas que importa esclarecer perante os agricultores.

Sublinha a necessidade de implementar uma medida de proteção do setor vitivinícola, inspirada no modelo adotado em França. Propôs que seja vedada a entrada na região do Douro de vinhos, sejam de fora da região ou do país, cujo preço de venda seja inferior ao custo de produção. Sustentou que esta restrição permitiria resolver uma parte significativa dos problemas locais, apontando o exemplo francês, que conseguiu travar a importação de vinhos espanhóis. Reconhecendo a complexidade da medida, frisou, contudo, que, se foi exequível em França, não será impossível de aplicar em Portugal.

Seguidamente, formulou um alerta relativamente às negociações conduzidas pelo Ministro da Agricultura no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC) pós-2027. Chamou a atenção para o facto de a futura PAC poder deixar de possuir um orçamento próprio, passando a integrar uma dotação conjunta com a coesão territorial. Advertiu que, embora o montante global possa aumentar, o mesmo será repartido por múltiplas finalidades.

Alertou para a desvantagem competitiva de Portugal devido à sua pequena dimensão e à menor capacidade de influência institucional, a nível europeu face a potências como

França, Espanha, Itália e Alemanha. Concluiu afirmando que os esforços do país devem focar-se na construção de um "Portugal melhor", e não numa pretensa expansão territorial.

Contestou a atuação da **CimDouro**, especificamente no que tange à realização de eventos promocionais no estrangeiro (como o recentemente verificado em Bruxelas). Salientou que a identidade do Douro é indissociável do Vinho do Porto, considerando incompreensível que o maior ícone da região não tenha tido o devido destaque, e questionou os critérios adotados para a seleção dos vinhos levados a tais certames.

Nesse sentido, solicitou ao Sr. Presidente que coloque estas questões nas próximas reuniões da **CimDouro**, antecipando-se ao debate que tenciona formalizar na próxima sessão da Assembleia Intermunicipal.

Salvaguardou que a presente posição não traduz qualquer animosidade pessoal ou institucional contra terceiros, constituindo unicamente um contributo com vista à defesa intransigente da região, referente aos critérios de seleção adotados na escolha dos produtos, nomeadamente vinhos, azeites, amêndoas e mel, representados em eventos promocionais.

Neste sentido, formulou uma proposta no sentido de que fosse estabelecido contacto com todos os concelhos, garantindo-se a presença de pelo menos um ou dois representantes de cada município em tais iniciativas. Manifestou desagrado pela ausência de Vinho do Porto nestes eventos, considerando esta omissão desadequada.

Ainda a este propósito, e dirigindo-se ao Senhor Balça, concordou com o reconhecimento da excelência dos produtos locais, sublinhando, contudo, uma perspetiva comercial, o verdadeiro valor de um produto reside na sua aceitação pelo mercado e na capacidade de chegar efetivamente ao consumidor, concluindo que o melhor produto é aquele que o cliente efetivamente compra e aprecia.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa de Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo para que este pudesse responder às questões colocadas.

O Sr. Presidente, Manuel Cordeiro, manifestou a sua satisfação pelo número significativo de intervenções registadas na presente sessão da Assembleia, associando essa elevada participação ao facto de a reunião se realizar de forma descentralizada. Cumprimentou e felicitou todos os presentes por terem aceitado o convite para participar nos trabalhos.

Seguidamente, partilhou um conjunto de informações institucionais, esclarecendo algumas questões anteriormente colocadas:

Museu do Vinho: Informou que o espaço recebeu, no dia anterior, uma nova obra de arte da autoria do arquiteto Jorge Matos. Explicou que o museu carecia de uma sinalização exterior mais evidente para quem circula na estrada, motivo pelo qual promoveu a instalação de um elemento visual alusivo à uva, o qual veio valorizar a estética do edifício.

Festividades e Eventos Locais: Sublinhou que o sucesso e a projeção de eventos de relevo, como a festa da Vindouro, que têm alcançado grande visibilidade e prémios, resultam do trabalho contínuo e conjunto dos serviços, das Freguesias e da Assembleia. Destacou, por fim, a Festa de São João como um dos eventos de maior interesse e centralidade para o município.

Aludiu à crescente notoriedade das festividades concelhias, destacando um artigo recentemente publicado no Jornal de Notícias (JN) sobre as Festas de São João em São João da Pesqueira. Ressalvou que tomou conhecimento da referida publicação por intermédio de terceiros, enfatizando que este mediatismo comprova que a relevância do evento extravasa a Região do Douro, atraindo atenções externas de relevo.

Aproveitou o momento para endereçar um convite geral a todos os presentes para assistirem às festividades, informando que os lugares da frente estarão reservados, prioritariamente, para os eleitos locais das Assembleias de Freguesia e da Assembleia Municipal. No que concerne à programação das marchas populares, detalhou que o calendário prevê a realização das marchas infantis no próprio dia, seguindo-se as marchas seniores no dia seguinte e, posteriormente, o concurso oficial que contará com a participação de trinta marchas.

Ademais, anunciou o arranque iminente do programa de animação de verão, com especial enfoque no projeto "Viva o Verão", direcionado a crianças e jovens. Sublinhou que esta edição foi enriquecida com a inclusão de atividades de âmbito cultural, que acrescem às habituais modalidades desportivas, cujos pormenores já haviam sido divulgados junto da comunidade estudantil no final do mês transato.

Seguidamente, informou que está no terreno uma equipa constituída por técnicos dos serviços de arqueologia/agricultura e da Proteção Civil, dedicada em exclusivo ao levantamento dos prejuízos. O objetivo delineado visa a conclusão integral deste levantamento até ao próximo dia 20 de julho.

Mais esclareceu que acompanha pessoalmente o processo desde o início, coordenando diretamente os fluxos de informação com a Câmara Municipal. Explicou que os dados recolhidos e validados relativos aos estragos serão posteriormente encaminhados para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), entidade competente

*Mano
Zato
10*

para avaliar a atribuição de fundos. Paralelamente, o Município articulará com o Governo Central a identificação e viabilização dos apoios financeiros e logísticos possíveis, de forma a apresentar respostas concretas às populações.

O Sr. Presidente salientou ainda que defendeu, junto da Comissão de Municípios, que as medidas de apoio não se devem circunscrever apenas às zonas historicamente mais afetadas (como Leiria), uma vez que o nosso Concelho também foi severamente atingido.

Referiu que a equipa técnica iniciou os trabalhos na semana passada e que foram dadas instruções precisas ao Sr. Vereador do pelouro e aos funcionários municipais para que prestem todo o auxílio necessário aos Sr.s Presidentes de Junta de Freguesia na identificação dos danos. Informou que os serviços municipais conhecem a totalidade das propriedades afetadas, mas não todos os respetivos proprietários. Face a este facto, e considerando que alguns proprietários poderão não estar devidamente alertados para o levantamento dos danos, sublinhou a importância do papel dos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, dado o conhecimento direto que possuem dos munícipes das suas respetivas áreas.

O objetivo prioritário consiste na identificação rigorosa dos vários prejuízos registados no passado dia 17 em Ervedosa do Douro e outras freguesias, onde se verificaram situações de destruição total de explorações agrícolas, ao passo que outras sofreram danos menores. Garantiu que o processo de levantamento será integralmente executado.

De seguida, deu nota dos contactos mantidos durante o último fim de semana, por via telefónica e presencial, com o Conselho Diretivo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) e com o Sr. Ministro da Agricultura. Esclareceu que, junto da CCDR e do Governo, reiterou a necessidade de constituição imediata de uma equipa técnica dedicada a este levantamento. Relativamente à receptividade governamental, informou que o Sr. Ministro da Agricultura manifestou, numa análise preliminar, reservas quanto à viabilidade de atribuição de apoios financeiros, contudo, o Município procederá à análise detalhada da situação e empenhar-se-á na submissão do processo dentro do prazo legal, com a maior brevidade possível.

Dando seguimento ao seu discurso, o Sr. Presidente congratulou a participação da AITIED de Ervedosa do Douro e da UVA (Universidade Vida Ativa) na final do Campeonato Nacional de Bóccia Sénior, decorrido em Tomar. Endereçou ainda um convite geral para o concerto de encerramento do ano letivo 2025/2026, promovido conjuntamente pela UVA e pela Associação Cultural Pesqueirense (ACP), a realizar-se no dia 28 de junho, pelas 15h00, no Cineteatro Municipal.

Atencão
Beira
fl

Informou que o concelho acolheu a oitava edição do evento "Portugal de Lés-a-Lés", que contou com a passagem de mais de 1.500 motos. Destacou o apoio logístico prestado pelo Município, designadamente na cedência de alimentação (sandes e águas), expressando um voto de agradecimento a todos os membros do Motoclube local pelo auxílio prestado. Dirigiu um agradecimento especial ao colaborador Edgar, que assegurou a articulação e a ponte com a organização do evento. Mais referiu que, de acordo com os testemunhos diretos e as publicações nas redes sociais, os participantes manifestaram grande agrado e surpresa com as paisagens e o património do concelho, tendo muitos demonstrado intenção de regressar em contexto familiar, o que considerou um excelente indicador de promoção territorial.

Seguidamente, o Sr. Presidente reportou-se à receção do prémio atribuído à feira da Vindouro, distinguida nacionalmente como o "Evento do Ano". Explicou que, por motivos de agenda e face à simultaneidade de compromissos, ponderou inicialmente a sua ausência, mas, após articulação com os serviços municipais, assegurou a sua comparência por considerar institucionalmente relevante a presença do Presidente da Câmara num momento de tamanha importância.

Sublinhou o carácter de total isenção e surpresa na atribuição deste galardão, clarificando que o Município não teve qualquer interferência ou conhecimento prévio do processo de seleção até à receção da respetiva notificação por correio eletrónico.

Manifestou congratulação pelo recebimento do prémio de evento nacional do ano, destacando que este galardão representa um reconhecimento de âmbito nacional que ultrapassa a dimensão regional do Douro, assumindo uma importância estratégica para a instituição. Foi igualmente registada e validada a relevância da presença do Presidente da República no referido evento, facto já previamente divulgado. No que concerne aos apoios financeiros e institucionais, foi reiterado o compromisso de continuidade nos trabalhos em curso, com o objetivo claro de captação de novos recursos e da ampliação do reconhecimento público da organização.

No âmbito desportivo, foi prestado louvor aos jovens atletas locais do Durius, pela sua recente participação no campeonato nacional e resultados alcançados.

Relativamente às obras públicas e intervenções infraestruturais, foi apresentado o ponto de situação dos trabalhos. Informou-se que um conjunto de empreitadas se encontra em fase de conclusão, enquanto outras seguem em execução regular, merecendo especial destaque o facto de as obras já inauguradas se encontrarem integralmente liquidadas e pagas. Foi reconhecido o aumento nos custos de algumas intervenções, o qual resultou

Heleu
Oreste
H

num incremento ligeiro dos valores orçamentados. Contudo, foi assegurado que a instituição dispõe de margem financeira e de capacidade de tesouraria para assumir a execução integral das mesmas. Adicionalmente, referiu-se que eventuais apoios externos serão integrados, embora o planeamento assente na autonomia e capacidade de execução própria. Por último, foi feita menção às intervenções programadas para o futuro, nomeadamente o projeto do grande fórum cultural, salvaguardando-se que este se encontra dependente da resolução de pendências administrativas e técnicas ainda em aberto.

Após contactos com a entidade responsável, confirma-se a reprogramação do projeto originalmente previsto para a feira Vindouro, pelo que o mesmo não estará concluído a tempo do certame. Explicou que, apesar do manifesto interesse do Município em avançar com diversas intervenções, a empresa adjudicatária se encontra com várias frentes de trabalho simultâneas.

Mais foi esclarecido que o Executivo está a aproveitar a presença física e operacional da referida empresa no concelho para viabilizar novas intervenções necessárias. Estas contratações complementares estão a ser efetuadas em estrito cumprimento dos procedimentos de contratação pública legalmente previstos, visando assegurar a eficiência económica e a obtenção dos melhores preços para a autarquia. Encontram-se já concursos públicos lançados, estando outros em fase de preparação, adotando-se a estratégia de permitir a consolidação das obras em curso antes de iniciar os restantes procedimentos.

Foi feita referência à obra de saneamento em Ervedosa, esclarecendo-se que, independentemente de ser ou não uma empreitada direta da Câmara Municipal, constitui uma intervenção de elevado interesse para o município. Relembrou-se, a este propósito, que a autarquia aprovou o financiamento respetivo a 15 anos, com uma taxa de cofinanciamento de 94%, prevendo-se que os trabalhos fiquem concluídos até ao final do corrente mês de agosto.

Expôs a preocupação do executivo relativamente à falta de resposta por parte das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) face às diligências desenvolvidas. Informou que, na sequência da intervenção do Senhor Presidente, concedeu uma entrevista ao jornal Público com o intuito de alertar publicamente para a complexidade da execução das obras previstas, as quais afetam não só as IPSS, mas também os projetos direcionados para os centros de saúde e estabelecimentos escolares.

Foi sublinhada a enorme dificuldade no cumprimento dos prazos regulamentares estipulados. Advertiu-se que, caso não ocorra uma alteração das regras vigentes, as

Frederico
Bito
JP

entidades que não concluíam as empreitadas até ao prazo limite têm de devolver a totalidade das verbas já recebidas para o efeito.

Neste âmbito, referiu que têm sido efetuadas pressões junto das tutelas competentes, acompanhadas por diligências diretas do Sr. Presidente, no sentido de sensibilizar o Governo para a criação de soluções ou mecanismos de financiamento alternativos, eventualmente enquadrados no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), para apoiar as instituições impossibilitadas de executar as obras em tempo útil. Até ao momento, contudo, não foi obtida qualquer resposta concreta, mantendo o Sr. Ministro a intransigência quanto ao cumprimento rigoroso dos prazos, uma posição que o executivo considera não salvaguardar as condições reais em que as instituições operam.

Relativamente à Loja do Cidadão, foi esclarecido que, apesar de a abertura ter sido inicialmente calendarizada para o dia 15 de junho, tal não se concretizou devido à impossibilidade de determinadas entidades cumprirem as metas e os procedimentos exigidos nos prazos fixados. Mais informou que os trabalhos em falta continuam a decorrer, estando a abertura prevista para o próximo dia 3 de julho, salvaguardando-se que eventuais imprevistos de última hora poderão derrogar esta data para o limite do período estipulado para a conclusão total dos trabalhos.

Seguidamente, felicitou o Frederico Selores, o Teófilo e todos os envolvidos na ação intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Douro (CimDouro) pela iniciativa desenvolvida.

Destacou a relevância da participação ativa de todos, sublinhando que, na qualidade de grandes produtores e representantes do território, detêm a responsabilidade acrescida de assumir a linha da frente na defesa dos interesses regionais. Enalteceu, igualmente, a capacidade de resistência e de intervenção demonstrada.

Expressou também o seu agradecimento à Sofia e ao Paulo Bito pelo trabalho desenvolvido no âmbito da gestão integrada de fogos rurais. Enfatizou que a postura proativa, traduzida na apresentação de contributos e na formulação de questões, constitui um sinal francamente positivo e demonstrativo de que o território não adota uma posição passiva. Reconheceu, ainda, a existência contínua de margem para melhoria e debate de novas perspetivas.

Relativamente à intervenção do José Fernando, que manifestara solidariedade para com o Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa em relação à situação da festa da escola, registou positivamente esse apoio, declarando a sua total e inequívoca solidariedade com a questão apresentada.

Lamentou a falta de concertação para encontrar uma solução tempestiva para o problema em apreço. Considerou de extrema importância que se tivesse alcançado um consenso, especialmente face à decisão tomada pela Direção do Agrupamento de Escolas de cancelar o evento de final de ano letivo, uma iniciativa com um historial de várias décadas de realização contínua nas freguesias.

Evocou, a título de paralelismo, situações pretéritas de contornos semelhantes, designadamente os processos de encerramento de alguns estabelecimentos de ensino. Ressaltou que, mesmo nesses momentos adversos, a comunidade salvaguardava a expectativa e a esperança de uma futura reabertura das escolas como polo de revitalização local. Sublinhou o papel crucial que este tipo de iniciativas assume na dinamização económica e social das freguesias, enfatizando que a festa de final de ano letivo transcende o âmbito escolar, constituindo um evento de relevo para os alunos, encarregados de educação, familiares e para a comunidade em geral.

No que concerne à atribuição de responsabilidades pela atual situação, invocando a sua experiência de nove anos de mandato, manifestou o seu profundo desagrado com a recorrência destes episódios. Afirmou que a responsabilidade última recai sobre a Direção da Escola, atendendo a que esta estrutura detém as competências formais e o poder decisório para o efeito.

Informou ainda que os Presidentes de Junta já apresentaram propostas concretas diretamente à tutela e que existiu, igualmente, uma sugestão formal por parte do corpo docente do 1.º Ciclo do Ensino Básico no sentido de viabilizar a iniciativa. Sustentou que o processo de busca de soluções teria sido significativamente facilitado se tivesse existido uma efetiva articulação e coordenação entre a Direção e os professores, cabendo à liderança do Agrupamento exercer a devida autoridade e coordenação institucional.

Por fim, apontou uma assimetria de esforços entre o Município e a Escola, referindo o investimento financeiro e logístico autárquico na organização de eventos de grande envergadura, como o Dia Municipal da Criança, concebidos para abranger jornadas completas. Lamentou que, em contrapartida, a instituição escolar demonstre, por vezes, preferência por atividades de curta duração, preterindo o interesse comunitário em prol de uma maior facilidade operacional.

Relativamente às obras, no que toca às empreitadas de requalificação das vias rodoviárias, informou que relativamente à Nacional 222, a obra está a decorrer dentro dos prazos que se estimavam, obviamente com alguns constrangimentos, que são necessários para a execução da obra, não sendo da responsabilidade direta do Município, mas sim das

Valen
Bito
H

Infraestruturas de Portugal (IP). No entanto, sublinhou que tem mantido um acompanhamento ativo e constante através da formulação de diversas questões à referida entidade.

No que respeita à estrada de Valença, em virtude do decorrer das obras, o trânsito foi temporariamente desviado para aquela via. Nesse sentido, defendeu que deverá ser articulada uma posição com o Presidente da Câmara Municipal de Tabuaço, que se prevê estar recetivo a esta abordagem, no sentido de exigir que a IP assuma a responsabilidade financeira e operacional pela posterior reparação e requalificação daquela estrada, atendendo, inclusive, à vulnerabilidade financeira que aquele município vizinho atualmente apresenta.

Referente à intervenção do deputado Paulo Bito, louvou o civismo, o profissionalismo, a dedicação e o estrito cumprimento da legalidade que têm pautado a forma como este desempenha as suas funções e colabora com o executivo. Quanto ao projeto do IC26, manifestou as suas reservas quanto ao atual ponto de situação, recordando que o traçado originalmente previsto assentava numa visão e num estudo antigo, que limitavam a infraestrutura a uma ligação entre Moimenta, Sernancelhe e Trancoso.

Defendeu convictamente que esta via estruturante deve servir de forma abrangente toda a região e ambos os concelhos envolvidos. Argumentou que, perante a intenção de direcionar o traçado para Trancoso e, por conseguinte, criar uma ligação a Viseu, o Município deve exigir medidas de mitigação semelhantes às que foram aplicadas aquando da construção do IC5 na outra margem.

Reuniu recentemente com os Presidentes dos Municípios de Tabuaço e de Lamego. Na referida reunião, foi reafirmada e mantida a posição partilhada pelos municípios, aguardando-se agora a evolução e a consistência técnica do projeto.

O Sr. Presidente manifestou o seu desagrado relativamente a acontecimentos ocorridos na última reunião da Comunidade Intermunicipal (CIM), referindo ter sido acusado de deslealdade institucional por parte de alguns homólogos. Mais acrescentou ter tomado conhecimento de que os Municípios de Moimenta da Beira e de Tabuaço serão convidados para uma apresentação pública sobre a sub-região do Sul do Douro, lamentando o facto de este Município não ter recebido qualquer convite ou informação formal sobre a matéria. Reiterou, contudo, o seu compromisso inabalável na defesa intransigente do concelho e da região, independentemente destas circunstâncias.

No que respeita ao serviço de transporte de passageiros assegurado pela operadora Transdev, referiu que já existiram contactos e trocas de correspondência eletrónica com a

Helena
Beito
X

empresa para corrigir falhas pontuais no cumprimento de paragens por parte de um motorista. Informou que os serviços municipais já foram instruídos para solicitar a devida retificação, sublinhando que o Município é o que regista o maior volume de encargos financeiros com transportes ao longo de todo o ano entre os concelhos da região.

No que toca à reformulação do espaço do Salão Nobre, o Sr. Presidente defendeu a necessidade de uma gestão criteriosa dos dinheiros públicos, priorizando o investimento no que é essencial e contendo despesas supérfluas, não desvalorizando o manifesto do deputado Rafael Helena. A este propósito, e no que concerne à dignidade institucional dos espaços camarários, sugeriu que se equacionem alternativas que evitem gastos desnecessários, salvaguardando a dignidade inerente ao Salão Nobre.

No que toca, aos passeios, reconheceu as carências existentes ao nível de passeios pedonais em várias artérias principais, exemplificando com os casos da Portela, da zona da Igreja e de outras vias estruturantes. Assumiu o compromisso de ponderar e calendarizar estas intervenções de forma racional e progressiva, integrando-as no plano de execução de obras em curso no concelho, articulado com as intervenções associadas às redes da IP.

No que concerne ao tema do processo disciplinar em curso, lamenta a forma como foi abordada, salientando que existia total abertura por parte da Câmara Municipal para prestar esclarecimentos diretos, evitando-se a exposição de um processo que, por lei, é estritamente sigiloso na presente reunião.

Considera-se que teria sido preferível a nomeação de um instrutor com formação jurídica, designadamente um advogado, dada a sua maior preparação para salvaguardar o segredo do processo. Relembra-se que a designação do instrutor obedece aos critérios legais de precedência do cargo de direção mais elevado ou, em alternativa, do funcionário com maior antiguidade nas funções. O agente envolvido no processo está devidamente notificado e ciente da situação, sublinhando-se a necessidade absoluta de respeitar o sigilo imposto legalmente.

Repudiou os comentários e a divulgação pública em torno de um processo interno em curso na autarquia.

O Sr. Presidente refutou categoricamente que qualquer informação confidencial tenha partido de si, solicitando que, caso haja conhecimento de que algum funcionário tenha quebrado o dever de sigilo, tal facto lhe seja comunicado para a devida averiguação, dada a gravidade da situação e a possibilidade de o caso vir a ser arquivado.

Nelson
Bento
H

Lamentou e rejeitou qualquer tentativa de imputação de responsabilidade política ou pessoal ao Presidente da Câmara neste processo, manifestando o seu desconforto com a situação. A este propósito, evocou, a título comparativo, o exemplo de procedimentos adotados no Município do Sátão, sublinhando que a atuação executiva deve pautar-se pelo cumprimento estrito dos regulamentos. Reafirmou que a abertura do procedimento de investigação constitui uma obrigação legal e regulamentar inalienável face à existência de uma queixa, sob pena de o Executivo incorrer em omissão de funções caso o assunto se tornasse do domínio público sem a devida atuação da autarquia.

Considerando o assunto encerrado por sua parte, deu por concluída a intervenção nesta matéria, transitando de imediato para o ponto seguinte relativo à execução do Plano Municipal de Bocas de Incêndio, validando a conformidade de cada um dos elementos analisados.

No que diz respeito à aplicação de desfibrilhador, foi focado o esforço em garantir a presença de um desfibrilhador no pavilhão municipal, salvaguardando-se, por via de planeamento, a permanência constante de pessoal com a devida formação técnica para a sua operação.

Neste âmbito, foi reiterada a total disponibilidade da Câmara Municipal para financiar e instalar equipamentos DAE em todas as freguesias do concelho, assumindo também os custos associados à formação dos operacionais. Contudo, foi manifestada preocupação individual relativamente à transferência de responsabilidade legal e operacional para as respetivas Juntas de Freguesia. Alertou-se para o risco acrescido em situações de emergência onde, por motivos de força maior ou ausência pontual de funcionários formados, o equipamento não possa ser utilizado, podendo tal facto gerar acusações de negligência institucional.

Seguidamente, foi expressa gratidão pela intervenção do Deputado Filipe Pina, sublinhando-se a importância do reconhecimento público e do elogio institucional como fator de motivação para quem desempenha um trabalho contínuo e exigente em prol do município. O prémio atribuído no âmbito do evento "**Vindouro**", destacando-se que o galardão tem como destinatários conjuntos a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, face ao empenho comum na sua promoção.

Manifestou a sua total concordância com as declarações do deputado, Sr. António Balça. Esclareceu que não compareceu ao evento em questão por discordar da sua realização e por não ter sido consultado previamente sobre a sua localização, tendo apenas recebido um convite formal. Referiu que a decisão sobre o local foi tomada no Porto, sem

ponderação aparente e sem a auscultação dos Presidentes dos Municípios, desconhecendo se a Presidência da Comunidade Intermunicipal (CIM) foi informada.

Mais lamentou o facto de a organização não o ter informado atempadamente sobre o denominado "evento do ano". Explicou que o município organiza as suas festividades com orçamento próprio, contando com parcerias de valor simbólico, na ordem dos 1.000 euros. Detalhou que, até ao momento, os apoios financeiros externos se resumem a 15.000 euros do Crédito Agrícola, 10.000 euros da Turismo do Porto e Norte de Portugal e 5.000 euros da APDL, valores que considerou residuais face a um custo total que ronda o meio milhão de euros.

Criticou a postura do Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto (IVDP) que, apesar dos sucessivos pedidos de apoio institucional, recusou sistematicamente qualquer financiamento com o argumento de que tal extravasa as suas competências, sublinhando que o "evento do ano" tem uma dimensão nacional e não apenas regional. Em contrapartida, apontou o facto de o IVDP e a CIMDouro financiarem o Wine Fest em Lamego com verbas específicas (incluindo 20.000 euros por parte da CIM). Demonstrou o seu desagrado pela oferta posterior de bilhetes à autarquia, rejeitando-os categoricamente, posição que já transmitiu formalmente ao Senhor Ministro da Agricultura. Defendeu que o investimento público deve beneficiar de forma equitativa toda a região, mencionando os territórios de São João da Pesqueira e Vila Nova de Foz Côa.

Por fim, relativamente à fileira dos azeites, o Senhor Presidente defendeu a manutenção da sede estruturada em Tabuaço, em alinhamento com os estudos já realizados e após concertação com o respetivo homólogo daquele município, rejeitando a necessidade de criar novas estruturas alternativas.

Reportou a existência de alguns desencontros institucionais, informando que já articulou a questão diretamente com o Senhor Vereador com o respetivo pelouro, com o intuito de partilhar a situação e, posteriormente, articulá-la com a Câmara Municipal.

Relativamente à taxa turística, lembrou o seu posicionamento pioneiro sobre a matéria, já manifestado publicamente em sede de entrevista. Admitiu a possibilidade de o processo não ter o desfecho pretendido, mas reiterou o compromisso de continuar a insistir no tema. Aproveitou ainda o momento para endereçar um convite geral a todos os presentes para as festividades de São João.

No que concerne ao desenvolvimento regional, manifestou preocupação com a falta de consenso e com a circulação de desinformação. Sublinhou que as divergências entre as expectativas dos produtores e as dinâmicas da região dificultam o entendimento mútuo.

Registou as propostas sobre a organização do evento da Vindouro. Partilhou algumas reflexões sobre a participação e representação da região na Feira. Relativamente ao processo de seleção dos produtores e grupos presentes, referiu que, perante a vasta diversidade de propostas e opiniões, a escolha foi feita de forma criteriosa.

No plano macroeconómico, defendeu que Portugal não deve ser catalogado como um país pequeno no contexto europeu, mas sim como um país de dimensão média. Consequentemente, sustentou que a estratégia nacional não pode passar pela dependência perpétua dos fundos europeus, devendo focar-se, prioritariamente, na criação de riqueza interna e autónoma.

Por fim, no que concerne à representação institucional junto da CIMDouro e em Bruxelas, manifestou o seu desconhecimento e a sua reserva quanto aos critérios adotados para a seleção dos produtos a promover. Presumiu que tal decisão tenha competido à direção da CIMDouro. Concluiu sublinhando a importância de integrar as regiões envolventes que não integram estritamente os Concelhos do Douro, perspetivando o território como um todo coeso.

Concluída a intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia anunciou ter chegado à Mesa uma proposta de voto de louvor ao Município de São João da Pesqueira, subscrita por unanimidade de todos os membros da Assembleia, a qual mereceu registo em ata. Submetida a votação, a referida nota de louvor, destinada a galardoar o Município pela atribuição do prémio de «Melhor Evento do Ano» ao evento VINDOURO, foi aprovada por unanimidade.

Não se registando mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia.

Período da Ordem do Dia

Aberto o Período da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Assembleia consultou o Sr. Presidente do Executivo sobre se pretendia efetuar um resumo global dos pontos inscritos na ordem de trabalhos ou limitar-se a uma breve introdução a cada ponto, antes de conceder a palavra aos demais membros da Assembleia.

Seguidamente, procedeu-se à abertura das inscrições para a apreciação do primeiro ponto da ordem do dia.

Ponto 1 - Apreciação da Atividade Municipal

*W. Silva
Bento
P*

Não havendo inscrições solicitadas pelos membros da Assembleia, o Sr. Presidente declarou encerrado o primeiro ponto da ordem de trabalhos.

Ponto 2 - Análise, discussão e votação da proposta de recomendação para adesão à Associação Nacional de Assembleias Municipais.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra para se pronunciar sobre a presente proposta, assinalando que a mesma surge após várias oportunidades prévias para a sua apresentação. Relembrou que o Município de São João da Pesqueira já integrou a referida associação no passado, tendo a respetiva desvinculação decorrido, presumivelmente, de questões relacionadas com o pagamento de quotas. Manifestou o seu forte interesse institucional em reapreciar a matéria, fundamentando que a filiação na ANAM concorre diretamente para a valorização do papel das assembleias municipais no quadro da organização democrática local e nacional, assegurando uma representação mais expressiva junto do poder central. Destacou, ainda, que a associação assenta na consolidação da democracia local e na salvaguarda da transparência e da independência que devem nortear as análises, propostas e debates do órgão deliberativo. Concluiu informando que a iniciativa conta com o parecer favorável prévio do executivo camarário, submetendo a proposta de adesão à deliberação da Assembleia Municipal.

Foi ainda exposto que a referida adesão assegurará, além da representação institucional das assembleias municipais perante o poder central, o acesso a ações de formação destinadas aos seus membros, promovendo a capacitação relacional e a continuidade da atividade política, em especial dos jovens eleitos. Adicionalmente, destacou que a associação disponibiliza apoio jurídico e presta os esclarecimentos necessários ao funcionamento do órgão deliberativo. Foi recordado que, em mandato anterior, se registou um volume significativo de pedidos de parecer e consultas jurídicas, nomeadamente sobre o regime de participação nas sessões e o processamento das respetivas senhas de presença, embora recentemente a necessidade de partilha de novos pareceres tenha sido menos frequente. Referiu-se, ainda, que a filiação possibilita a participação em eventos promovidos pela ANAM com relevância para a atividade autárquica, implicando o pagamento de uma quota anual no valor de 1.663,92 € (mil seiscentos e sessenta e três euros e noventa e dois cêntimos).

De seguida, foi concedida a palavra ao Sr. Presidente do Executivo para se pronunciar sobre este ponto da ordem de trabalhos.

No âmbito da discussão deste ponto, usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, o qual manifestou a total disponibilidade do município para proceder à adesão

à referida Associação. Destacou o papel fulcral da ANAM como plataforma de apoio direto aos membros da Assembleia Municipal para o esclarecimento de dúvidas e partilha de informações. O Senhor Presidente referiu ainda que, apesar de uma reserva inicial aquando da constituição da associação, o percurso recente da ANAM demonstra uma crescente projeção e protagonismo institucional, evidenciado pela sua presença contínua nos eventos partilhados com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), justificando-se, por conseguinte, a presente deliberação.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de inscrições para intervenções dos membros do plenário sobre a matéria.

Não se tendo verificado qualquer inscrição, o ponto número dois da ordem de trabalhos foi submetido a votação, vindo a ser aprovado por unanimidade.

Antes de encerrar a abordagem a este ponto, o Sr. Presidente da Assembleia questionou os presentes sobre a intenção de apresentação de alguma declaração de voto.

Não havendo manifestações nesse sentido, o Senhor Presidente da Mesa solicitou ao Plenário a aprovação do ponto dois em minuta, para efeitos de eficácia externa, o que foi igualmente aprovado por unanimidade.

ENCERRAMENTO

Pelas 11 horas e 54 minutos, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, expressando o seu agradecimento pela presença de todos os membros e destacando a relevância das intervenções registadas. Sublinhou o dinamismo do órgão e a importância do debate promovido pelas propostas apresentadas. Dirigiu uma palavra particular aos Presidentes de Junta de Freguesia, enfatizando que a Assembleia constitui o fórum ideal para a partilha das problemáticas, aspirações e realidades locais, permitindo um conhecimento mais aprofundado do concelho.

O Presidente renovou os agradecimentos ao Senhor Manuel Jorge e à Junta de Freguesia de Ervedosa do Douro pela hospitalidade e pela cedência das instalações. Por último, lembrou aos presentes que as justificações de falta deveriam ser solicitadas junto da Mesa.

Dos trabalhos em agenda foi lavrada a presente ata que, depois de lida, posta a votação e aprovada por maioria irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.

O Presidente da Assembleia Municipal



O 1.º Secretário



O 2.º Secretário


